

Exmo.(a) Senhor(a)
Diretor da Faculdade de Ciências
da Universidade do Porto

v.referência

v.comunicação

n.referência

data

FOA.26 8130. 2012

02-08-2012

assunto

Proposta de Regulamento do 3.º ciclo de estudos em Matemática Aplicada, da FCUP, FEP, FEUP e ICBAS

Na sequência do V. ofício, o qual mereceu a nossa melhor atenção, informamos V. Exa que, por despacho reitoral de 02 de Agosto do corrente, foi aprovada a supra citada proposta de Regulamento. Mais se informa que se remete em anexo o Regulamento aprovado, devendo o mesmo ser publicitado no SI dessa U.O.

Com os melhores cumprimentos

A Responsável dos Serviços Académicos



(Mónica Pissarra)

/AR

DIVISÃO ACADÉMICA

ENVIAR AO:

Departamento

Conselho Científico

Conselho Pedagógico

Diretor de Curso

Interessado(a)

Outros *Div. V. 2012*

Data *13/08/2012*

Ass. *[Handwritten signature]*



Regulamento do Programa de Doutoramento em Matemática Aplicada da Universidade do Porto

Artigo 1º Enquadramento jurídico

1- O presente regulamento visa desenvolver e complementar o regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelos Decretos-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, e 230/2009, de 14 de Setembro, e demais legislação aplicável, no que diz respeito aos terceiros ciclos de estudos, bem como o Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto, aprovado pelo despacho reitoral GR.05/11/2009, de 24 de Novembro de 2009, alterado pelo despacho reitoral GR 06/01/2011, de 27 de Janeiro, e o Despacho Nº GR.01/05/2010, relativo à “Gestão de cursos/ciclos de estudos multi-unidade orgânica da UPorto”.

2- A Faculdade de Ciências, a Faculdade de Economia, a Faculdade de Engenharia e o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, designados por Entidades (aqui apresentadas por ordem alfabética) instituem um Programa de Doutoramento em Matemática Aplicada, doravante designado por PDMA, através do qual a Universidade do Porto confere o grau de *Doutor em Matemática Aplicada*.

Artigo 2º Objectivos e resultados de aprendizagem

1. O grau de doutor em Matemática Aplicada é conferido aos que demonstrem:
 - 1.1. Capacidade de compreensão sistemática em situações novas ou contextos alargados e multidisciplinares nos vários domínios da Matemática Aplicada;
 - 1.2. Competências e aptidões para integrar conhecimentos em Matemática Aplicada;
 - 1.3. Capacidade para conceber, projectar e desenvolver investigação científica original em Matemática Aplicada identificando os métodos de investigação adequados para o endereçamento de desafios científicos novos ou previamente identificados e, eventualmente, envolvendo a utilização de conhecimentos multidisciplinares;
 - 1.4. Ter realizado um conjunto significativo de trabalhos de investigação original e competitiva, em respeito pelas exigências e padrões de qualidade internacionalmente aceite;
 - 1.5. Capacidade de comunicar os seus conhecimentos em Matemática Aplicada, bem como raciocínios e conclusões, a especialistas e a não especialistas, de forma clara e sem ambiguidades;

- 1.6. Capacidade científica de, recorrendo aos seus conhecimentos e/ou resultados de investigação, promover, em contexto académico ou profissional, o progresso social, cultural ou tecnológico.

Artigo 3º

Direcção do Programa de Doutoramento em Matemática Aplicada

1. O PDMA tem um director e é coordenado por uma comissão científica (CC) constituída por quatro membros (um membro por Entidade). O director é um dos membros da CC. Em votações onde haja empate, o director tem voto de qualidade.
2. O corpo docente do PDMA elege um membro de cada uma das Entidades (professor catedrático, ou professor associado, pertencente ao corpo docente do PDMA) para a CC por quatro anos, que na sua primeira reunião elege um dos seus membros para director do PDMA, o qual é proposto aos directores das UOs participantes. No caso de impedimento temporário, a CC designa o substituinte da UO respectiva.
3. A Entidade Coordenadora do PDMA, designada por ECP, é a Entidade sede administrativa do PDMA. A ECP é a Faculdade de Ciências, na qual serão formalizados todos os actos administrativos relativos ao PDMA.
4. As competências do director e da CC são as descritas no artigo 8º números 5 e 7, respectivamente, do Regulamento Geral de Terceiros Ciclos da Universidade do Porto.
5. O director poderá delegar algumas das suas competências em membros da CC.
6. O corpo docente do PDMA é definido pela CC do PDMA.

Artigo 4º

Funcionamento do Programa de Doutoramento

1. Os critérios de selecção, as datas de inscrição, o calendário lectivo, o número de vagas e o número mínimo e máximo de estudantes são definidos anualmente pela CC e sujeitos a aprovação reitoral, devendo ser conhecidos com, pelo menos, um mês de antecedência relativamente à data de abertura das candidaturas à frequência do PDMA.
2. Os montantes das taxas de matrícula e propinas são fixados pelo Conselho Geral da Universidade do Porto, sob proposta do Reitor.
3. A partilha dos recursos financeiros e dos ETIs é proposta pela CC do PDMA, ouvidos os Directores das Entidades e ratificada pela maioria destes.

Artigo 5º

Habilitações de Acesso

Para se candidatar ao Programa de Doutoramento, o candidato deve satisfazer as condições estabelecidas no artigo 30º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, e pelo Decreto-Lei nº 230/2009, de 14 de Setembro, e ainda as explicitadas no artigo 5º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

U1

Artigo 6º Candidaturas

1. As candidaturas são formalizadas junto da ECP em requerimento dirigido ao director do Programa de Doutoramento e devem incluir a seguinte informação:
 - 1.1. Ficha de candidatura (disponibilizada pela direcção do PDMA no sistema de informação da UP);
 - 1.2. Documento oficial comprovativo das habilitações académicas com discriminação das classificações obtidas;
 - 1.3. *Curriculum vitae*;
 - 1.4. Duas cartas de referência.
2. A CC do PDMA aprecia as candidaturas ao ciclo de estudos, sendo a seriação dos candidatos divulgada de acordo com o artigo 4º número 1 deste regulamento.

Artigo 7º Estrutura do Programa de Doutoramento em Matemática Aplicada

1. O PDMA corresponde a 180 créditos ECTS e tem uma duração normal de três anos curriculares em regime de tempo integral.
2. A estrutura curricular e plano de estudos estão publicados em Diário da República, anexo ao presente Regulamento e dele fazendo parte integrante.
3. O PDMA integra:
 - 3.1. Um curso de doutoramento (não conferente de grau) constituído por unidades curriculares – incluindo as u.c. obrigatórias “Seminário” e “Projecto de Investigação em Matemática” (PIM) e u.c. optativas – a que correspondem 60 créditos ECTS, a serem concluídos no primeiro ano do PDMA.
 - 3.1.1. A CC pode autorizar a frequência total ou parcial de unidades curriculares ou módulos de u.c. de outros programas doutorais da Universidade do Porto bem como de cursos de curta duração e workshops, que os estudantes poderão escolher de forma a melhor satisfazer os seus interesses científicos específicos, e efectuar a respectiva creditação.
 - 3.1.2. Do mesmo modo, a CC pode também autorizar a frequência total ou parcial de outras unidades curriculares consideradas adequadas para a formação dos estudantes.
 - 3.1.3. O PIM visa a preparação do programa de trabalhos conducente à elaboração da tese original referida no número 3.2 deste artigo, devendo ser realizado sob orientação nas condições estabelecidas no artigo 9º.
 - 3.1.4. O PIM é avaliado através de um relatório escrito e de uma apresentação oral, feitos pelo estudante, e deve caracterizar os desafios técnico-científicos a endereçar, descrevendo o estado da arte e indicando os fundamentos científicos,

69

metodologia a utilizar e objectivos a alcançar, nos moldes estabelecidos anualmente pela CC do PDMA.

- 3.2. A elaboração de uma tese original e especialmente preparada para esse fim, ou a compilação de um conjunto coerente e relevante de trabalhos de investigação de acordo com o artigo 31º/2 a) do DL nº 230/2009, a que correspondem 120 créditos ECTS.
4. A componente curricular poderá decorrer em língua inglesa, bem como a escrita da tese e a prestação das provas.
5. O estudante que seja bem sucedido no curso de doutoramento (não conferente de grau), pode inscrever-se no segundo e subsequentes anos do PDMA e passa a ter inscrição definitiva, iniciando os trabalhos conducentes à elaboração da tese original referida no nº 3.2 deste artigo.

Artigo 8º

Regime de Frequência e de Avaliação do ciclo de estudos

1. O regime de frequência e de avaliação de cada unidade curricular será definida na “Ficha de U.C.”. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica de zero a vinte valores.
2. Considera-se aprovado numa unidade curricular o estudante cuja nota final de avaliação seja igual ou superior a dez valores.
3. A CC do ciclo de estudos poderá autorizar o funcionamento em regime de orientação tutorial de unidades curriculares.
4. O estudante só tem direito a uma época de avaliação em cada unidade curricular.

Artigo 9º

Orientação e acompanhamento do doutoramento

1. A preparação da tese de doutoramento, assim como do PIM, deve efectuar-se sob a orientação de um professor ou investigador doutorado da área científica do ciclo de estudos da Universidade do Porto ou de outra universidade ou instituição de investigação, nacional ou estrangeira, de mérito reconhecido.
2. A CC do PDMA propõe o orientador de doutoramento e, eventualmente, um co-orientador no máximo, depois de ouvido o candidato, e da aceitação expressa do(s) designado(s), ao órgão competente da ECP. Se o orientador não pertencer a uma das Entidades, deve ser nomeado um co-orientador membro de uma das Entidades.
3. Compete ao orientador e ao co-orientador, caso exista:
 - 3.1. Participar na definição do plano de trabalho, metodologia e objectivos e elaborar um parecer sobre o modo como decorreram as apresentações referidas no artigo 7º número 3.2;

- 69
- 3.2. Acompanhar o trabalho do estudante na execução do projecto de investigação (preparação da sua tese de doutoramento) e elaborar um parecer anual sobre o seu progresso.
 4. O orientador e o co-orientador, caso exista, informarão anualmente a CC do PDMA sobre o progresso do trabalho do candidato, sob a forma de relatório escrito, que deverá dar entrada até trinta dias antes do termo do período para o qual o candidato tem inscrição válida.
 5. Compete à CC apreciar o relatório escrito referido no número anterior e pronunciar-se num prazo máximo de 30 dias sobre ele.

Artigo 10º

Registo do tema e condições de preparação da tese

1. As condições para o registo do tema e do plano da tese são as explicitadas no artigo 11º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.
2. As condições de preparação da tese obedecem ao explicitado no artigo 12º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 11º

Regras para apresentação e apreciação da tese e condições para a sua entrega

1. As regras para a apresentação e apreciação da tese são as explicitadas no artigo 15º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.
2. As condições para a entrega da tese obedecem ao explicitado no artigo 16º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 12º

Composição e nomeação do júri

A composição e nomeação do júri obedecem ao explicitado no artigo 17º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 13º

Funcionamento do júri e prazos para a defesa pública da tese

O funcionamento do júri e prazos para a defesa pública da tese obedecem ao explicitado no artigo 18º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 14º

Regras sobre as provas públicas de defesa da tese

As regras sobre as provas públicas de defesa da tese são as explicitadas no artigo 19º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 15º

Processo de atribuição da classificação final

61

O processo de atribuição da classificação final obedece ao explicitado no artigo 20º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 16º

Carta doutoral, suas certidões e do suplemento ao diploma

A emissão da carta doutoral, suas certidões e suplemento ao diploma obedecem ao explicitado no artigo 21º do Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto.

Artigo 17º

Casos omissos

As situações não contempladas neste regulamento seguem o preceituado no Regulamento Geral dos Terceiros Ciclos de Estudos da Universidade do Porto, aprovado pelo despacho reitoral GR.05/11/2009, de 24 de Novembro de 2009, alterado pelo despacho reitoral GR 06/01/2011, de 27 de Janeiro, e no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelos Decretos-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, e 230/2009, de 14 de Setembro, e demais legislação aplicável, sendo os casos omissos decididos por despacho do Reitor, sob proposta da CC do PDMA.

Artigo 18º

Entrada em vigor

O presente regulamento revoga o anterior regulamento do PDMA e entra em vigor logo que aprovado pelo reitor e publicitado no sistema de informação da Universidade.